



**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAPITALISMO** : aproximações necessárias dos fundamentos históricos, políticos e econômicos explicativos da emergência do usuário – trabalhador.

**Leda Regina Barros Silva**<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A escolha do referido tema vem ao encontro da necessidade de compreender e aprofundar alguns dos principais fundamentos teóricos e políticos relacionados ao universo contraditório que levou à emergência da constituição dos “usuários”, público-alvo das políticas sociais, com destaque às políticas de enfrentamento da pobreza, configuradas após a década de 1990 do século passado, como política de Assistência Social.

Diversas questões têm decorrido do seu processo de implementação dada a natureza ambígua existente nos variados paradigmas a ela vinculados, são elas: há de fato, a presença da perspectiva de inclusão, e no âmbito da exclusão, em qual patamar é associada, se há mudanças do seu público – alvo, e se houver, o que tem ocorrido?

Mesmo com todo o acúmulo, não somente na produção escrita disponível na literatura do Serviço Social como no debate, de base crítica, consideramos fundamental retomar uma questão que, certamente ainda acompanha as políticas sociais: há ainda, mesmo face à ofensiva e complexidades do capitalismo e do capital, e na constituição política de alta permissividade do Estado, o crédito às políticas sociais públicas, sobretudo as de enfrentamento à pobreza, enquanto lugar que possibilita formas de inclusão e com incidência direta no enfrentamento da desigualdade social e econômica? E sobre a categoria exclusão, quais são os caminhos mais fecundos para a sua compreensão, em base crítica?

É sabido que ambas as categorias têm sido tratadas de forma bastante banalizada, sobretudo no discurso institucional, competente, e de certo modo, trazendo conseqüências ao discurso cotidiano, do dia a dia do homem comum, tanto com vistas a sua confirmação como a sua negação.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal Fluminense - Campos (UFF). [ledauff@gmail.com](mailto:ledauff@gmail.com)



Neste sentido, a importância dessas reflexões se faz, uma vez que o avanço do padrão da acumulação capitalista trouxe e tem trazido consequências destruidoras para o universo do trabalho assim como nos impõe, na atualidade, a redefinição do perfil da superpopulação relativa onde se destacam os velhos e novos segmentos de trabalhadores que constituem o público-alvo, o chamado “usuário” da política social pública de Assistência Social.

Palavras Chave: Estado, Capitalismo, Exclusão, Inclusão e Usuários.

## **I – Assistência Social e Capital: algumas particularidades relevantes.**

As particularidades das crises do capitalismo são do ponto de vista metodológico, o que trazem as explicações e o significado teórico e político acerca da ilimitada e incessante busca do capital para o alcance de novos patamares de acumulação. Somados a estas, temos as consequências inerentes à globalização, que geram desdobramentos em variadas direções, na dinâmica da vida em sociedade, seja na agudização da questão social e no campo da reprodução social, seja no âmbito das consequências trazidas aos direitos sociais historicamente conquistados.

São introduzidos novos mecanismos de gestão e controle da pobreza e da desigualdade social, em especial, no trato e no enfrentamento da pobreza, com vistas à proteção social, e no âmbito da política de assistência social, sobretudo na atualidade, esta é conduzida a uma grande centralidade no âmbito da gestão pública governamental, mesmo estando marcada por limitações estruturais e políticas. Sobre o assunto, Mota (2008, p.16) considera:

A conjuntura que se formou a partir da década de 90, marcada pela crise econômica e política que atingiu as sociedades periféricas, não encontrou na Assistência Social o lastro da proteção social necessário para dar cobertura ao que estaria por vir: o desemprego e a precarização do trabalho, situações que extrapolariam as finalidades de uma política de Assistência Social.

A autora afirma, e também vários autores que estudam e debatem o assunto, sobre uma forte ofensiva das classes dominantes ao darem destaque à Assistência Social, política social pública de direito, colocando-a como um mecanismo, ao mesmo tempo, simbólico e real, de enfrentamento e de relação direta com as desigualdades sociais. No entanto, pelo limites que tem,



além da forte tendência de extrapolar a sua condição de política pública de proteção social, considerando-se o amplo processo de reorganização do capital nos últimos 30 anos, através reestruturação produtiva, estamos frente a um padrão, conduzido para a realização da reforma da proteção social, sendo-lhe reservado um super poder através da adoção de uma rede expansiva de programas de transferência de renda, associados a serviços e benefícios sociais. Destaca-se aqui o programa Bolsa Família.

Parece que, dentre as expressões reiterativas que ganha, o sentido instrumental desses programas tem maior força política, quando o Estado capitalista ao dirigir o seu foco no desenvolvimento e na expansão da acumulação, e por conseqüência, ao não assegurar o direito ao trabalho e ao emprego, em base socialmente protegida, tende a concentrar forças, e cada vez mais ilimitadamente tende a expandir esse processo.

Considerando-se o atual contexto de reordenamento 'agressivo' do capital, Gonçalves (2003, p.39) diz que há na sua contramão uma forte tendência de se desenvolver o fenômeno da chamada globalização solidária, do tipo, desenrolado, talvez, em uma relação formal subsumida, plenamente legitimada.

Assim, algumas políticas sociais, a saber, as mais precárias e fundadas em bases históricas tardias e tuteladas pelas instituições do Estado, acabam por se constituir uma das 'portas' de entradas mais prósperas, apresentadas, tanto aos que vivem o desemprego e subemprego, como aqueles que estão em via de ingressarem neste quadro. Isto porque, se trata de um cotidiano presente na vida do trabalhador – a insegurança social permanente, ainda que em tempos de direitos regulamentados, mas reduzidos ou extintos.

Embora tenha ocorrido em condições históricas, materiais e objetivas distintas, o padrão capitalista de organização societária da vida tem sua origem na chamada "acumulação primitiva ou originária", assim traduzida por Marx (2008), onde se deu a 'largada', o processo brutal de destituição do bem maior que o homem dispõem que é a sua capacidade de criação e apropriação social através do potencial que tem para pensar, agir e lidar com o outro através do trabalho. Como exemplos, são citados tanto os artesãos como os camponeses, transformados em sujeitos totalmente dependentes a um sistema produtivo, que além de os aprisionarem, acabou por destituir o acúmulo de saber, a liberdade de dispor da propriedade e nela produzir e materializar sua própria existência, em bases coletivas e familiares.

Questiona-se: se restou ao homem apenas a venda da sua força de trabalho, não nos resta dúvida alguma, trata-se de um movimento conflitante e tenso, peculiar da relação capital e trabalho. Então nos perguntamos: não deverá se constituir em um importante componente sociopolítico de tensão que lhe proporcionará a base de sua resistência?



Em outras palavras, Marx (2009, p. 715) ao analisar a questão trouxe à tona as variadas influências negativas que o aumento de capital trará à classe trabalhadora, envolvendo conseqüências drásticas ao seu cotidiano e de sua família. Trata-se da chamada “composição orgânica do capital”, que organiza e opera com duas dimensões, a do capital constante e a do capital variável, ambos em estreita correlação, por isto, fundaram esta composição, assim como a necessidade de ser aumentada, requisito básico para que a acumulação possa se concretizar, ou seja,

(...) do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva, essa decomposição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados.

Confirma-se que estas duas dimensões, capital constante e capital variável são, em tese, determinantes, pois são geradoras de novas formas de valorização do capital e também de (des)valorização do trabalho, sobretudo quando, na continuidade desse processo de análise, afirma o autor (2009, p. 244) que,

A força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria valor excedente, onde a mais valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, meios de produção e a força de trabalho. A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante.. (...) Já a parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção, reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais valia que pode variar ser maior ou menor. É a transformação contínua de magnitude constante para variável, ou capital variável.

Esta é apenas uma das provas acerca de algumas questões que requerem que as mencionemos: primeiro, compreende-se não ser possível, na perspectiva de análise desta



tradição, compreender teórica e metodologicamente a dinâmica da lei geral da acumulação capitalista sem que seja considerada a teoria do valor trabalho, ainda que outros atributos, econômicos e político, estejam vinculados ao mesmo, tais como: globalização, transnacionalização, terceiro setor, dentre outros.

Segundo, o processo de acumulação, por ser criado em bases teleológicas, condição, *sine quo non*, para a reprodução do sistema capitalista, é neste sentido totalmente dependente da exploração da força de trabalho, sobretudo porque se trata essencialmente de um processo dependente e condicionado por quesitos que envolvem a criação e produção humana advinda do trabalho, tais como, o aumento da produtividade de trabalho, que faz desenvolver, crescer e acelerar a acumulação dos ganhos; o crescimento da parcela constante do capital em detrimento da parcela variável.

Consideram os autores, sobretudo Marx, que é expressivo e próprio da constituição e dinâmica da lei geral da acumulação capitalista a necessidade que o capital tem no processo de acumulação de alterar, ao seu 'sabor', o modo de vida e gestão do trabalho, em especial, em criar as condições e as formas variadas de expulsão e incorporação da força de trabalho, gerando assim um exército de reserva, que ganha proporções diversas em cada estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Dentre as conseqüências desse processo, o desemprego, o subemprego, a precarização das condições de trabalho e a pauperização cada vez crescente da classe trabalhadora são demarcados em um quadro próprio de mudanças necessárias na composição e organização do capital que conduz o processo de acumulação a partir de dois movimentos: para que ocorra a ampliação do capital constante é necessário que haja a desvalorização do capital variável, uma vez que esta é a parte destinada à manutenção da força de trabalho, envolvendo não só o pagamento dos seus salários, mas o conjunto de direitos reservados aos mesmos no espaço da produção e reprodução, tais como, os encargos patronais, o pagamento do excedente de tempo e da força, esta, como energia física, material e espiritual despendidas, dentre outros.

No atual padrão de gestão e acumulação flexível, presenciado, em especial, no ambiente de grandes empresas e indústrias, observa-se que em ambos, o direcionamento é feito exclusivamente, pela necessidade, tanto do capital nacional como do internacional em adotarem novas e mais agressivas inflexões que se voltem ao alcance de novos patamares de acumulação. Neste sentido, a flexibilidade diz respeito às necessárias mudanças de órbita (foco) que ao capital cabe estabelecer, sobretudo nos momentos de perda e risco que possam ameaçar os seus propósitos maiores.

Para que as mudanças possam ser efetivadas neste cenário, na direção pretendida, os novos paradigmas da organização da produção são segundo termo utilizado por Marx, a própria



reprodução, mas em escala ampliada, envolvendo inovações no campo técnico (novas tecnologias, maquinários, insumos diversos, investimentos em pesquisas) e em outra parte do capital, através dos novos investimentos (destaque-se aqui, a implementação do capital financeiro através da mundialização da economia).

Essa ampliação do 'leque' de ação do capital, o que empiricamente pareceria implicar novos postos de trabalhos bem como a sua expansão, e a adoção de redes de proteção social mais seguras, ao contrário, expressa não só a redução desses postos, mas, sobretudo a perda de antigos espaços de trabalho (é exemplar a redução nos tradicionais espaços industriais, tais como o setor de metalurgia, de exploração de metais e minérios), decorrendo o aumento cada vez maior do desemprego e a geração de sublocações, o que necessariamente não vem acompanhado de uma política de preparação para os que ficam a mercê de ações pontuais ou dos oscilantes momentos de retomada de parcelas do exército de reserva.

Consideradas as particularidades históricas traduzidas por Marx (2009, p. 739), a que mais se destaca e é mais reveladora desta questão é justamente a propriedade do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva. Ainda que sofram variações em cada tempo, são causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais.

No plano estratégico, afirma o autor, confirmado em bases empíricas, sobretudo no contexto da indústria moderna, estabelece-se a prática de comprar mais forças de trabalho com o mesmo capital, substituindo trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, os mais amadurecidos por menos incipientes, a força masculina por feminina, a adulta por jovens ou crianças.

Parece que o cerne da questão está na seguinte fórmula politicamente adequada a este processo: o crescimento e a expansão da acumulação ganha expressão quando o capital variável cresce em igual ou aproximada proporção ao crescimento da produtividade do trabalho, sem que seja necessário aumentar o nº absoluto de trabalhadores assim como faz o uso instrumental daquelas forças de trabalho desqualificada e inferiores.

Trata-se de um processo dinâmico onde em quase todo o momento, o eixo central é justamente estabelecer as regras necessárias para a obtenção de parâmetros cada vez mais avançados de acumulação, ou seja, o valor trabalho é sempre associado ao tempo necessário e dedicado (traduzido em aumento de produtividade), e na contramão do seu caráter qualitativo, a base da força produtiva requerida e os variados usos feitos na perspectiva almejada, certamente constituem as medidas necessárias ao desenvolvimento progressivo e agressivo do capital enquanto relação social que prima pela acumulação a todo e a qualquer custo.



Assim, as vinculações e análises feitas por Marx (2009, p.580) acerca da ganância humana para galgar o enriquecimento, fica evidente, quando atribui à busca incessante pela mais-valia, a maximização desse modo de produção, ou seja, a força de trabalho adquire valor de venda, com as devidas variações, quando consegue, conservar e atribuir valor aos meios de produção e a si mesmo como capital, reproduzindo-se enquanto tal, e quando também passa criar, com o trabalho não pago, fontes diversas para adicionar novas formas de valorização e reprodução do capital e do seu acúmulo.

Conforme já foi considerado, há na gênese desse projeto societário, dentre os variados condicionamentos, um que é central para propiciar o acúmulo de riquezas, que é a detenção da propriedade privada de uma classe em detrimento de outra (s). Aqui vale tudo, sobretudo se apropriar do potencial que somente o homem detém que é o de transformar a matéria e dispor da sua força de trabalho física, mental e espiritual. Trata-se de uma engrenagem totalmente voltada para estabelecer as bases desiguais em que esta sociedade se assenta, onde é fundamental que se finque em condições objetivas e contraditórias.

Neste sentido, o capitalismo e o capital, em contextos históricos determinados, evidenciam-se sempre por uma relação dialética organizada entre 'ganhadores' e 'perdedores'. Ainda que seja óbvia tal constatação, tanto o crescimento como o avanço desse modo de produção, somente ocorre quando condicionados ao padrão de exploração humana.

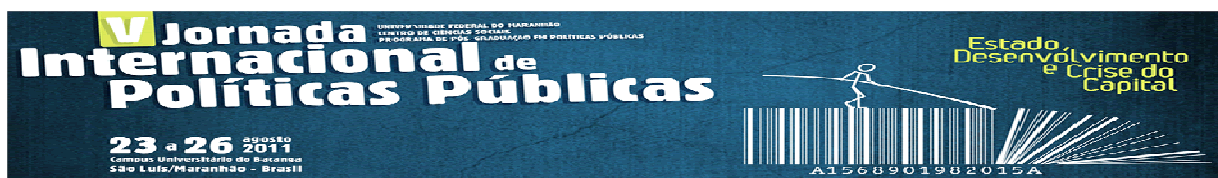
A tese de Marx (2009, p.733) expressa, com toda a clareza, grande parte desta questão:

(...) a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e da sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

No entanto, não é possível que consideremos este processo através de formas tão polarizadas, de extremos que não se articulam, ou seja, uma leitura do mesmo na perspectiva da luta de classes não possibilita tal alusão.

A história das lutas de classes é demonstrativa de um processo que não se fez e não se faz em dimensões unilaterais, mas sim, em bases hegemônicas, onde é definida a necessária direção política de um projeto, haja vista não haver nenhuma casualidade.

Trata-se de um campo de luta política onde os que detêm mais força e poder, certamente têm a direção do projeto. Especificamente as lutas e tensões, próprias do capitalismo, sobretudo entre capitalistas e trabalhadores, com vistas ao seu desenvolvimento, geraram e têm gerado ganhos materiais e sociais expressivos a esse modo de produção.



De modo geral, os passos representativos dos avanços perseguidos, tais como a implantação da indústria moderna e de todos os atributos que vai requerer - tais como a nova maquinaria associada a novas tecnologias, responsáveis pela introdução de novos ethos no mundo fabril e o conseqüente aprimoramento dos mecanismos para a obtenção da mais-valia - se traduzem em uma trajetória de larga expansão do capitalismo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A origem deste processo traz grandes implicações na constituição da classe operária, pois é nessa via de crescimento que a classe capitalista cria as condições objetivas seja para o estabelecimento da subordinação do trabalho ao capital, gerando o seu atrelamento e aderência, através de regras rígidas, bem como a necessária concentração do capital para a sua maior valorização requereram grandes investimentos em tecnologias, que tanto representaram a introdução de novas infra-estruturas no seio industrial, oferecendo maior agilidade ao processo produtivo, mas que de sobremaneira foram também responsáveis pela criação do excedente da força de trabalho.

Trata-se de mecanismo perverso, central e originário da fonte inerente da desigualdade, empobrecimento e vulnerabilidade do trabalhador e sua família, fazendo emergir um conjunto variado e complexo de 'novos' usuários da política de assistência social: trabalhadores e famílias desempregadas e subempregadas, que se somam aos tradicionais usuários.

A possível conjunção desses trabalhadores e famílias, em função de suas várias histórias de vida, de relações sociais por que passaram, certamente poderá representar a possibilidade de resgate do potencial político de resistência de classe que têm, ou no limite, se compreendido como processos, ao mesmo tempo, naturais, rígidos e mecânicos, apenas servirá para a manutenção das bases desiguais em que foram e são submetidos.

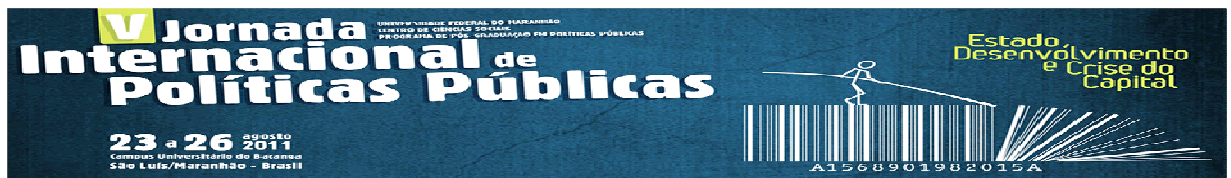
### **BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS**

ABREU, Haroldo. Para além dos direitos – cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALVES, Maria Aparecida e TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425- 444.

ANTUNES, Ricardo. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo:Boitempo, 2006, p. 499-508.





BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIM, C. et al. A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed., Brasília, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. Temporalis \ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano 2, n.3 (jan-jul.2001). Brasília: ABEPSS, 2004. p. 9-32.

-----Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo, :Cortez, 2008, cap. I, p.47 -103.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção temas da atualidade).

MARX, Karl. O método da economia política In: Contribuição para a crítica da Economia Política. Lisboa:Editorial Estampa, 1977, p. 228-237.

O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I, v.1, 26ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

----- O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I, v. 2, 23ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da Assistência Social – ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. revista e ampliada, São Paulo: Cortez, 2008. p.133-143.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2.ed. Ano 2, n.3 (jan.jul. 2001). Brasília:ABEPSS, 2004. p. 41-49.

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, 2000.